

Equipe econômica já prevê novo pacote daqui a seis meses

Brasília — Antes mesmo de lançar o Plano Cruzado número dois, o comando econômico do governo já detinha uma péssima informação: dentro de no máximo seis meses, haverá necessidade de outra revisão da economia, porque os recursos arrecadados agora serão insuficientes para garantir os investimentos do governo.

Pressionada pelos políticos, a equipe do ministro Dílson Funaro foi obrigada a recuar da cobrança de um imposto compulsório de 40% sobre o consumo dos combustíveis. Resultado: em lugar de arrecadar Cz\$ 40 o governo obterá Cz\$ 28 bilhões e o Fundo de Reconstrução Nacional não conseguirá manter a avançada linha de investimento pretendida pelo Presidente José Sarney.

Na cobrança do imposto compulsório sobre os combustíveis estava a mina de recursos almejada pelo comando do governo para financiar o investimento público que puxa investimentos do empresariado e compõem um quadro de expansão global da economia. A informação é de uma fonte do Palácio do Planalto, com acesso às últimas reuniões dos integrantes da equipe do ministro da Fazenda, Dílson Funaro.

Engolir o caroço

Para tentar entender os problemas de déficit do governo é necessário voltar à era do cruzeiro, quando foram tomadas as primeiras medidas de contenção ao crédito, na esteira das quais seria detonado o Plano Cruzado número um. À época, as tarifas do serviço público estavam com preços abaixo do mercado. O comando econômico optou por não aumentá-las e foi tímido em relação à contenção do consumo.

Afinal, em janeiro, época dessas medidas preparatórias, havia a expectativa de um surto de greves — o trabalhador exigia a trimestralidade — por causa dos índices de inflação galopantes. Temendo uma forte oposição sindical ao Cruzado, se o governo aumentasse o preço das suas tarifas, a equipe de economia recuou para ampliar o apoio popular ao plano de inflação zero. As tarifas ficaram amarradas, e as empresas públicas, sem dinheiro para investimentos.

Em fins de maio, o déficit estava entalado na garganta do governo. Durante a reunião para avaliar o Cruzado em Carajás, o Presidente José Sarney soube disto. O déficit revelado foi de Cr\$ 267 bilhões. Um dos responsáveis pelo comando econômico disse, textualmente, a Sarney: "Presidente, o déficit é um caroço na nossa garganta." Sarney foi otimista e fez-lhe um convite: "Então, vamos digeri-lo."

Com o Cruzado dois, a fonte está segura de que o governo engole, momentaneamente, o déficit se, contudo, resolver o problema de manter a linha de investimentos, considerada essencial dentro dos planos do governo. Insiste em que Sarney necessitaria de dois planos iguais ao que divulgou ontem para cumprir este objetivo, lamentando mais uma vez a timidez da equipe econômica que acabou se contentando em fazer um conjunto de medidas já sabendo que será obrigada a elaborar mais uma bateria delas, em curto prazo.